



**EDITAL**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 4343/2022**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS ESPECIAIS**

**1 – DISPOSIÇÕES GERAIS:**

A Comissão Permanente de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Bom Jardim comunica que realizará Licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regida pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e o Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 1.582/2020, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

**1.1 – TIPO DE EXECUÇÃO**

1.1.1 – Os serviços serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço unitário.

1.1.2 – Os envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços definidos neste Edital e seus Anexos deverão ser entregues no local, data e horário seguintes:

**LOCAL:** No auditório da Casa da Cultura, localizada na Rua Mozart Serpa de Carvalho, nº 190, Centro, Bom Jardim, CEP.: 28.660.000.

**DATA:** 29 de Março de 2023.

**HORÁRIO:** 14:30 horas

1.1.3 – Não haverá prazo de tolerância para entrega dos envelopes (habilitação e proposta de preços).

1.1.4 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação da Presidente em contrário.

**2 – OBJETO:**

2.1 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ENGENHARIA para realização de CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO na Rua de Acesso ao Bairro São Francisco, Banquete – 3º Distrito – Bom Jardim/RJ, atendendo a demanda da Secretaria de Projetos Especiais, nos termos das especificações do Projeto Básico e dos seus anexos.

2.2 – Modalidade Licitatória: Tomada de Preços.

**3 – DINÂMICA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO CONTRATO, CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DETALHAMENTO DO OBJETO, DURAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

**Vide termo de referência.**

**4 - PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO:**

4.1 – O preço global estimado pela administração para a presente contratação é de **R\$ 70.268,75** (*setenta mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos*), conforme valores constantes no item 4.2 do Edital e anexos do Projeto Básico.

**4.2 – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO**

Nº.	ITEM/DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR GLOBAL (EM R\$)
ÚNICO	<b>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ENGENHARIA para realização de CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO na Rua de Acesso ao Bairro São Francisco,</b>	UND	01	<b>R\$ 70.268,75</b>



	<b>Banquete – 3º Distrito – Bom Jardim/RJ, atendendo a demanda da Secretaria de Projetos Especiais.</b>			
--	---	--	--	--

## **5 – REAJUSTES DOS PREÇOS:**

### **Vide termo de referência.**

## **6 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

6.1 – Poderão participar do certame as empresas que preencham os requisitos de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira constantes no Edital.

6.2 – Não poderão participar as empresas suspensas pela Administração Direta ou Indireta do Município de Bom Jardim, bem como aquelas declaradas inidôneas por qualquer ente federativo.

6.3 – Não poderão participar as entidades que possuam o direito legal ao não recolhimento dos encargos trabalhistas e sociais dos seus funcionários, tais como cooperativas.

6.4 – Não poderão participar do certame, direta ou indiretamente:

6.4.1 – O autor do presente termo de referência.

6.4.2 – A empresa, isoladamente ou em consórcio, da qual o autor do presente termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

6.4.3 – Servidor ou dirigente do Setor Requisitante, incluindo os membros da comissão permanente de licitação e sua equipe de apoio.

6.4.4 – Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do termo de referência, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pela execução contratual, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

6.4.5 – A empresa cujos sócios sejam parentes, até terceiro grau, de gestores públicos (servidores e agentes políticos) envolvidos no processo licitatório, por violação aos princípios da administração pública e pela existência de conflito de interesses;

6.4.6 – Poderão participar no certame as empresas reunidas em consórcio, observadas as seguintes regras:

6.4.6.1 – A apresentação de comprovação do compromisso, público ou particular, da constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, explicitando:

- a) a composição e o percentual de participação de cada empresa integrante;
- b) o objetivo da consorciação;
- c) o prazo de duração do consórcio, que não deve ser inferior ao da duração do contrato;
- d) a indicação da empresa líder do consórcio e de poderes expressos para a empresa líder se relacionar com a administração, receber citação e responder administrativa e/ou judicialmente pelas demais consorciadas, bem como para representar o consórcio em todas as fases da presente licitação, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, receber e dar quitação, firmar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução do objeto do contrato;
- e) a declaração de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados sob consórcio em relação à presente licitação, e ao eventual contrato dela decorrente;
- f) as obrigações das consorciadas, dentre as quais o de que cada consorciada responderá isolada e solidariamente por todas as exigências pertinentes ao objeto da presente licitação, até a extinção do contrato dela decorrente;



- g) que o consórcio não terá sua constituição ou composição alterada sem a prévia e expressa anuência da contratante; e
- h) a designação do representante legal do consórcio.

6.4.7 – Os documentos da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômica deverão ser apresentados individualmente por cada consorciado, admitindo-se para efeitos de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira o somatório dos quantitativos e dos valores de cada consorciado.

6.4.8 – Caso o consórcio seja o vencedor do certame, fica obrigado a promover, antes da assinatura do contrato, a constituição e o registro do consórcio na Junta Comercial de sua sede.

6.4.9 – Estão impedidas de participar as empresas consorciadas através de mais de um consórcio ou participar isoladamente.

6.4.10 – As informações que puderem ser aferidas por outros documentos não acarretarão em inabilitação do licitante.

## **7 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:**

7.1 – Qualquer empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

7.1.1 – Os esclarecimentos poderão ser encaminhados diretamente para o e-mail da CGLC (licitacao.bomjardim@gmail.com) ou feitos diretamente à Comissão, conforme disposto no item 24.16.

7.1.2 – No caso de impugnação, a interessada poderá encaminhar para o e-mail da CGLC (licitacao.bomjardim@gmail.com) ou protocolizar pedido, ambos em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço: Praça Governador Roberto Silveira, 44, Centro, Bom Jardim – RJ (Protocolo da PMBJ – 1º andar), cabendo ao Secretário de Projetos Especiais decidir sobre a petição até o prazo de 03 (três) dias úteis, conforme Portaria Municipal nº 425/17, de 16 de novembro de 2017.

7.2 – Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **8 – DO CREDENCIAMENTO:**

8.1 – A licitante far-se-á apresentar para credenciamento perante à Presidente da Comissão por um representante, devidamente munido de documento original de Carteira de Identidade ou equivalente, que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes exibir o Contrato Social da Empresa, **destacando o seu ramo de atividade compatível com o objeto contratual e licitado.**

8.2 – O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular **com poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.** (Carta de Credenciamento – **Anexo IV**). Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar somente cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ficando neste caso, dispensado da Carta de Credenciamento.

8.3 – A empresa deverá apresentar juntamente com os documentos acima citados a declaração conjunta de que Cumpre Rigorosamente o Art. 7º da Constituição Federal, de Enquadramento em Pequenos Negócios ou não, de Fatos Impeditivos, de Idoneidade e de Não Parentesco, conforme ANEXO III, **fora do envelope.**



8.4 – As Sociedades Anônimas deverão apresentar cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.

8.5 – As empresas que participarem da presente licitação, será permitido apenas (01) um representante legal que será o único admitido a intervir em nome da mesma.

8.6 – É vedado a um mesmo procurador, representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento das licitantes envolvidas no procedimento licitatório.

## **9 – HABILITAÇÃO:**

9.1 – O envelope contendo a documentação de **HABILITAÇÃO** deverá ser indevassável, lacrado e rubricado no fecho, contendo a sua parte externa o Título.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
**ENVELOPE 01 – HABILITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 002/23**  
**(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**

### **9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

9.2.1 – Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração;

9.2.2 – No caso de sociedades anônimas, cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações;

9.2.3 – Registro no registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresa individual ou sociedade empresária;

9.2.4 – Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

9.2.5 – Cédula de identidade dos sócios, diretores e/ou empresários;

9.2.6 – Para empresa individual: registro comercial.

9.2.7 – No caso de empresas estrangeiras, cópia do Decreto de autorização para que se estabeleçam no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

### **9.3 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:**

9.3.1 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual e licitado;

9.3.2 – Comprovante de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes – CNPJ;

9.3.3 – Certidão de Regularidade com o FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;

9.3.4 – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

9.3.5 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais;

9.3.5.1 – Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

9.3.6 – Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da licitante.



9.3.7 – Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei 12.440/2011 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

#### **9.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

9.4.1 – A apresentação da certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor do local do principal estabelecimento da pessoa jurídica, na forma do art. 3º da L. 11.101/05, não sendo causa de inabilitação da licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação.

9.4.2 – A apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, aceitos, alternativamente:

1 - por publicação em diário oficial;

2- por publicação em jornal;

3-por cópia ou fotocópia de livro diário incluindo os termos de abertura e encerramento devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do proponente;

4- por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópias das respectivas folhas do SPED, inclusive do termo de abertura e encerramento, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 do Código Civil.

9.4.3 – A comprovação da boa situação financeira da empresa, constatada mediante obtenção do índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro e zero décimos), resultante da aplicação da fórmula  $LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$ , onde AC é ativo circulante, RLP é realizável em longo prazo, PC é passivo circulante e PNC é passivo não circulante, vedado arredondamento do cálculo.

9.4.4 – A licitante que apresentar resultado inferior a 1,0 (um inteiro e zero décimos) do índice de Liquidez Geral (LG) deverá comprovar, considerados os riscos para a Administração, o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado dos itens vencidos pelo licitante.

9.4.5 – Em caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.4.6 – Em caso de haver previsão legal ou previsão no contrato social, admite-se a apresentação de balanço patrimonial intermediário.

9.4.7 – O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/ 2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual, da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, caso seja a sua primeira contratação com administração pública, sendo devidamente declarado.

#### **9.5 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.5.1 – Comprovante de inscrição, em nome da pessoa jurídica licitante, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

9.5.2 – Declaração do licitante, possuir vínculo, na data de entrega da proposta, com profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor de atestado de responsabilidade técnica - ART ou registro de responsabilidade técnica - RRT por



execução de serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Os documentos podem ser demonstrados pelo interessado, na forma do Art. 30, § 6º da Lei 8.666/93.

9.5.2.1 – Entende-se como vinculado ao licitante o profissional de nível superior, que na data prevista para entrega da proposta, seja o sócio, administrador ou diretor da empresa licitante, comprovando seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; ou o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante; ou o prestador de serviços com declaração formal de compromisso de vinculação futura. Os documentos podem ser demonstrados pelo interessado, na forma do Art. 30, § 6º da Lei 8.666/93.

9.5.2.2 – A comprovação de deter atestado de responsabilidade técnica - ART ou registro de responsabilidade técnica - RRT poderá ser feita mediante a apresentação do respectivo ART/RRT e da CAT - Certidão de Acervo Técnico do profissional, na forma da Resolução nº 1025/09 do CONFEA.

9.5.2.3 – No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que tratam os itens 9.5.2.1 e 9.5.2.2 poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10º, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.5.2.4 – O item de maior relevância é **2.3 ESTRUTURAS**

Item da planilha orçamentária:

**2.3.5 – 11.026.0030-0** - MURO DE CONTENÇÃO DE TALUDES EM ALVENARIA DE BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL DE (19X19X39)CM, ATÉ 1,80M DE ALTURA, INCLUINDO BASE DE CONCRETO, AÇO CA-50 E ENCHIMENTO DE BLOCOS E MEDIDOS PELA ÁREA REAL.

9.5.2.5 – A escolha do item acima se deu por ser o item de maior complexidade de execução.

## **9.6 – DAS EMPRESAS ENQUADRADAS EM PEQUENOS NEGÓCIOS**

9.6.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.6.2 – Em se tratando de ser a licitante, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Micro empreendedor Individual, para utilizar a prerrogativa estabelecida na Lei Complementar n.º 123/2006, deverá se qualificar como tal, entregando, fora do envelope, a Presidente da Comissão, ainda na fase de credenciamento, a declaração conjunta, assinada pelo representante legal da empresa, informando que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou Micro Empreendedor Individual, e de que não se enquadra em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei (ANEXO III).

9.6.3 – A microempresa e a empresa de pequeno porte, que atender aos requisitos exigidos pela LC 123/06, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 9.3 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.6.4 – A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666,



de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

## **9.7 – COMPROVAÇÃO DE CADASTRO:**

9.7.1 – Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim devidamente atualizado.

9.7.1.1 – Por certificado de Registro Cadastral, devidamente atualizado, deve-se entender aquele que se encontre em vigor na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a entrega dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação.

9.7.2 – Todos os documentos comprobatórios exigidos para a habilitação deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a entrega dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos das licitantes.

## **9.8 – VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA:**

9.8.1 – Será facultada a visita à área para CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO na Rua de Acesso ao Bairro São Francisco, Banquete – 3º Distrito – Bom Jardim/RJ, mediante agendamento, para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao objeto licitado, bem como para verificar todas as informações relativas à sua descrição.

9.8.2 – A visita poderá ser agendada através de petição protocolada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro, Bom Jardim - RJ, das 09h às 17 h ou através do e-mail gabineteprefeitopmbj@gmail.com e/ou projetospmbj2021@gmail.com em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura dos envelopes.

9.8.3 – As licitantes não poderão alegar desconhecimento das características técnicas dos serviços, mesmo que optem por não vistoriar.

9.8.4 – Será de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das instalações, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato. A empresa que optar em não realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da súmula nº 1 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

9.8.5 – O modelo da declaração encontra-se no item 6 do ANEXO III do presente Edital – Declaração Conjunta.

## **9.9 – ACEITAÇÃO DOS DOCUMENTOS:**

9.9.1 – A documentação exigida para a habilitação poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópia não autenticada. Em caso de dúvidas quanto a veracidade/autenticidade do documento poderá, ser verificada pela Equipe de Apoio, através de consulta via Internet aos “sites” dos órgãos emitentes dos documentos, conforme Acórdão 2036/2022 – Plenário do TCU

9.9.2 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.9.3 – Serão inabilitadas as empresas que não satisfizerem as exigências estabelecidas para a habilitação.

9.9.4 – As firmas já **cadastradas** na Prefeitura Municipal de Bom Jardim não ficam eximidas de apresentar dentro do envelope Habilitação todas as documentações exigidas no presente edital.

9.9.5 – As Certidões Negativas de Débitos (CND) Apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas como válidas por 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

9.9.6 – Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa;



9.9.7 – Deve-se atentar ao disposto no §1º do art. 3º da Lei 13.726/2018.

## **10 – DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

**10.1 – As Propostas de Preços serão aceitas em formulário fornecido pelo licitado, ANEXO II do Edital** e deverá ser apresentada em 01 (uma) via, datilografada ou manuscrita, com carimbo do CNPJ da firma licitante (em todas as folhas) e rubricadas (em todas as folhas), datada e assinada pelo representante legal da licitante e ainda, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas e deverá estar dentro de envelope indevassável e lacrado no fecho.

**10.1.1 – Na hipótese da Licitante apresentar formulário próprio**, este deverá ser idêntico ao fornecido pelo Licitado, ser feito com o timbre da Empresa, em 01 (uma) via, datilografada ou manuscrita, com carimbo do CNPJ da firma licitante (em todas as folhas) e rubricadas (em todas as folhas), datada e assinada pelo representante legal da licitante e ainda, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas e deverá estar dentro de envelope indevassável e lacrado no fecho, sendo certo que qualquer divergência entre o formulário próprio e o Edital/ Termo referência/ Formulário fornecido pelo licitado, PREVALECERÁ todas as informações contida no edital e anexos, contendo na sua parte externa o título.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
**ENVELOPE Nº 002 – PROPOSTA DE PREÇOS**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº002/2023**  
NOME DA EMPRESA  
CNPJ

**10.1.2** – Quando da abertura do envelope da proposta de preços for verificado erro de caráter formal ou material, tais como ausência de assinatura, carimbo, datas, designação de órgão, erros de cálculo entre os componentes de custo unitário e do custo total, etc. o equívoco poderá ser sanado durante a sessão pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado ou pelo Representante Legal da empresa, com poderes para realizar o referido ato, desde que não importe em modificação das condições da proposta, principalmente no que tange o critério utilizado para julgamento.

## **10.2 – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:**

**10.2.1** – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos:

**10.2.1.1** – Valor unitário.

**10.2.1.2** – Valor global da proposta

**10.2.1.3** – Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação da proposta de Preços, anexo II do Edital.

**10.2.2** – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**10.2.3** – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**10.2.4** – Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**10.2.5** – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

**10.2.6** – Não serão aceitas as propostas cujo valor unitário ultrapasse o custo estimado pela Administração.

**10.2.7** – Os preços unitários máximos aceitáveis são os preços unitários estimados na planilha orçamentária, anexo A do Termo de Referência anexo ao Edital.

**10.2.8** – Não serão aceitas as propostas manifestamente inexequíveis.



10.2.9 – Considera-se inexequível a proposta que apresente preços irrisórios e incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

10.2.10 – Conforme art. 48, §1º da L8666/93, consideram-se manifestamente inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou

b) Valor orçado pela administração.

10.2.11 – As propostas com preços inferiores aos critérios definido nas alíneas do §1º do art. 48 da L. 8.666/93 devem ser acompanhadas de planilhas que expressem de forma clara sua exequibilidade, bem como os respectivos documentos comprobatórios, sob pena de serem desclassificadas na forma do inc. II do caput do referido art. 48.

10.2.12 – Não será admitida a apresentação do comprovante de exequibilidade dentro do envelope contendo os documentos para habilitação, sob pena de desclassificação.

10.2.13 – A autoridade julgadora poderá suspender a sessão, mediante justificativa, para concluir a análise da exequibilidade da proposta.

10.2.14 – Será exigida, para a assinatura do instrumento contratual, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no art. 56, §1º da L. 8.666/93, aos licitantes cujas propostas tenham valor inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética das propostas aptas ou do custo estimado pela Administração, o que for menor, com valores calculados na forma do art. 48, §2º da L. 8.666/93.

10.2.15 – As propostas deverão ser preenchidas no formulário padronizado da Prefeitura (ANEXO II) ou em documento idêntico elaborado pela licitante, em papel timbrado, assinadas pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:

A) Nome da Empresa / Razão Social;

B) Número do CNPJ;

C) Endereço, e-mail e telefone da empresa proponente;

D) Planilha de Preços, devidamente preenchida, evidenciando preço GLOBAL – ANEXO II do Edital;

E) Planilha orçamentária, devidamente preenchida, ANEXO A do termo de referência;

F) Cronograma financeiro, prevendo desembolsos mensais durante a execução da obra – ANEXO B do termo de referência;

G) Demonstrativo da Composição do B.D.I – ANEXO D do termo de referência;

H) Valores, expressos em moeda corrente nacional, de cada item, com no máximo duas casas decimais para os centavos;

I) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

10.2.16 – Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade de proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.2.17 – As propostas de preços que atenderem aos requisitos desta licitação serão verificadas pela Comissão quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:



10.2.17.1 – se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

10.2.17.2 – se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;

10.2.17.3 – se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido;

10.2.17.4 – Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta de preços será desclassificada.

## **11 – PROCESSO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

11.1 – No local, dia e hora definidos anteriormente, a Comissão de Licitação em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, que será assinada pelos proponentes que ao ato comparecerem e pelos membros da Comissão de Licitação, receberão dos representantes das licitantes, documentos de credenciamento, os envelopes da Documentação de Habilitação e Proposta de Preços.

11.2 – Uma vez recebidos os documentos e iniciada a abertura dos envelopes da “Documentação de Habilitação”, não serão admitidas quaisquer retificações e nem será permitida a participação de proponentes retardatárias;

11.3 – Procedida a abertura dos envelopes contendo “Documentação de Habilitação” na presença dos licitantes, a Comissão irá examinar os documentos das licitantes, inabilitando aquela que deixar de apresentar qualquer um dos documentos relacionados no item 9 deste Edital, ou apresentá-los em desacordo com as demais exigências do presente Edital;

11.4 – Após o cumprimento do subitem anterior, havendo manifestação de vontade de recorrer da decisão da Comissão, á(s) licitante(s) será outorgado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar (em) por escrito razões fundamentadas, na forma do art. 109 da Lei nº. 8.666 de 21.06.1993. Julgado(s) o(s) recurso(s) referente(s) a habilitação, que ter (ão) efeito suspensivo, a Comissão comunicará o resultado á(s) licitantes, designando nova data para abertura dos envelopes de “Proposta de Preços”;

11.5 – Havendo renúncia expressa das licitantes de interpirem recurso contra a decisão da Comissão prosseguir-se-á com os trabalhos, passando-se à fase seguinte, qual seja a da abertura dos invólucros fechados da “Proposta de Preços”, das empresas habilitadas e devolução dos envelopes fechados às empresas inabilitadas, se porventura houver, devendo, ainda, todos os conteúdos dos envelopes abertos serem rubricados pelos membros da Comissão e representantes das licitantes presentes, podendo estes últimos pronunciarem sobre o exame da proposta, consignando-se em ata o desejo de recorrer ou outras observações decorrentes do exame;

11.6 – Não havendo possibilidade de apreciação imediata da documentação, realizar-se-á Segunda Reunião no dia, horário e local designados com a presença dos representantes das licitantes e dos membros da Comissão, tendo por objetivo dar a conhecer às licitantes o resultado da habilitação, anunciando as empresas julgadas habilitadas e devolvendo às inabilitadas os envelopes de “Proposta de Preços” devidamente fechado, lavrando-se ata dos procedimentos adotados e dos fatos ocorridos nessa reunião. Na Segunda Reunião, serão adotados os mesmos procedimentos da Primeira, a partir do ponto em que foi interrompida;

11.7 – Caso se verifique a hipótese aventada no item 11.6, os envelopes de “Proposta de Preços”, serão rubricados em seu fecho pela Presidente da Comissão, pelos demais membros e pelos representantes das licitantes, permanecendo sob a guarda e responsabilidade do primeiro;

11.8 – Somente terão direito de usarem da palavra, rubricar propostas, apresentar impugnações, reclamações ou recursos, e firmar atas, representantes legais ou procuradores, devidamente identificados.



11.9 – Para efeito de julgamento da presente Licitação, a Comissão de Licitação se orientará pelos seguintes critérios:

11.9.1 – Não serão consideradas as propostas que não atenderem todos os critérios e as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.9.2 – Será considerada vencedora a licitante que oferecer a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL;

11.9.3 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital, que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, *preços unitários superiores ao estimado pela administração*, conforme itens 10.2.6 e seguintes deste Edital.

11.9.4 – Não se admitirá proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a material e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

11.9.5 – Em caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido ao disposto no parágrafo 2º do art.3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará por sorteio entre as proponentes em condições de igualdade, na presença dos interessados.

11.9.5.1 – No caso em que haja a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurada a estas, com critério de desempate, preferência de contratação. Configurarão por empate as situações em que os valores das propostas, apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Nesse caso será adotado como critério de desempate o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.9.5.2 – A situação disposta no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## **12 – DOS RECURSOS:**

12.1 – Dos atos praticados relativos a esta licitação caberá pedido de reconsideração e recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação ou da lavratura da respectiva Ata, que será processado e decidido com observância do disposto nos artigos 41 e 109 da Lei Federal 8.666/93, mediante requerimento protocolado nesta Prefeitura, sito a Praça Governador Roberto Silveira, 44, Centro, Bom Jardim/RJ, em dias úteis, nos casos de:

12.1.1 – habilitação ou inabilitação da licitante;

12.1.2 – julgamento das propostas de preços;

12.1.3 – anulação ou revogação deste edital;

12.1.4 – rescisão contratual por ato unilateral da administração;

12.1.5 – aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

12.2 – Os recursos referentes aos subitens 12.1.1 e 12.1.2 terão efeito suspensivo. A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos interpostos;

12.3 – Caso seja interposto algum recurso, a Comissão de Licitações dará ciência às demais licitantes, através de publicação na imprensa oficial do município e no site da prefeitura na internet [www.bomjardim.rj.gov.br](http://www.bomjardim.rj.gov.br), para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, salvo para os casos previstos nos subitens 12.1.1 e 12.1.2, se presentes os prepostos das licitantes no ato que foi adotada a decisão, quando será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada a ata.

## **13 – FORMA DE PAGAMENTO:**

**Vide termo de referência.**



#### **14 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:**

**Vide termo de referência.**

#### **15 – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO:**

**Vide termo de referência.**

#### **16 – PENALIDADES:**

**Vide termo de referência.**

#### **17 – CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA CONTRATUAL:**

**Vide termo de referência.**

#### **18 – GESTOR DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES:**

**Vide termo de referência.**

#### **19 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES:**

**Vide termo de referência.**

#### **20 – GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

**Vide termo de referência.**

#### **21 – SUBCONTRATAÇÃO:**

**Vide termo de referência:**

#### **22 – DO LOCAL PARA EXAME E RETIRADA DO EDITAL:**

O presente estará disponível aos interessados em participar do certame no Setor de Licitações do Município, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim - 2º andar – Comissão Geral de Licitações e Compras, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h às 17h e na SECRETARIA DE PROJETOS ESPECIAIS, 4º andar do endereço citado acima e nos mesmos dias e horários; e no site do Município, [www.bomjardim.rj.gov.br](http://www.bomjardim.rj.gov.br)

#### **23 – PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES:**

23.1 – Todas as comunicações entre a Administração e a CONTRATADA serão feitas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

23.2 – A CONTRATADA, ao apresentar sua proposta comercial, deverá informar seu endereço para correio eletrônico, ou caso não disponha, o seu endereço comercial para recebimento das comunicações.

23.3 – Presumem-se válidas as intimações e comunicações dirigidas aos endereços informados pela CONTRATADA, incluindo as comunicações por meios eletrônicos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à Administração, fluindo os prazos a partir da juntada do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

23.4 – Fica facultado à Administração comunicar à Contratada, por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, sem prejuízo do previsto no item 23.3.

#### **24 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

24.1 – É facultado à Presidente da Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

24.2 – Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo ao Município de Bom Jardim responsabilidade por qualquer custo, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.



24.3 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.4 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Presidente da Comissão.

24.5 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos, desde que não haja comunicação diversa por parte da Presidente Geral da Comissão Permanente de Licitações e Compras.

24.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Bom Jardim.

24.7 – O desatendimento à exigências formais não essenciais não importará na exclusão do licitante, desde que sejam possíveis a exata compreensão da sua proposta e a aferição da sua habilitação, durante a realização da sessão pública.

24.8 – As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, em comprometimento da segurança do futuro contrato.

24.9 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.10 – As disposições estabelecidas neste Edital poderão ser alteradas, observadas as disposições do Parágrafo 4º dia art. 21 da Lei 8.666/93.

24.11 – O recebimento dos envelopes não gera nenhum direito para o licitante perante o Município.

24.12 – Fica assegurado da Administração Pública, sem que caiba aos licitantes indenizações:

- a) Adiar a data da abertura da presente licitação, dando disso conhecimento aos interessados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- b) Revogar e/ou anular no todo ou em parte, a presente licitação, dando disso ciência aos interessados.

24.13 – O foro para dirimir questões será o da Comarca de Bom Jardim, RJ.

24.14 – A participação das empresas interessadas nesta licitação implicará no total conhecimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que na hipótese de ocorrência de casos omissos, estes serão solucionados à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas pertinentes.

24.15 – Os créditos pelos quais as despesas relativas à presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentária.

CONTA	PROG. DE TRABALHO	NAT. DESPESA
493	0602.1854100441.019	4490.51.00

24.16 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação e eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverão ser encaminhadas para os e-mails: [licitacao.bomjardim@gmail.com](mailto:licitacao.bomjardim@gmail.com), ou ainda, feitas pessoalmente à Presidente Geral da Comissão Permanente de Licitações e Compras, no horário de 9:00 às 12:00 horas e 13h00min. às 17h00min., na Praça Governador Roberto Silveira nº 44 , 2º andar Centro, Bom Jardim- RJ onde poderá ser retirada cópia integral do Edital e seus anexos, tel (22) 2566 - 2916 ou 2566 -2316.

24.17 – **Na hipótese da Licitante interessada em participar da presente licitação encaminhar qualquer tipo de correspondência, notadamente sua proposta de preços e documentos para habilitação do certame, deverá endereçar os documentos diretamente à sala da Chefia Geral de Licitação e Compras, localizada na Praça Governador Roberto Silveira nº 44 , 2º andar,**



**Centro, Bom Jardim- RJ, devendo avisar ao setor de licitações e compras acerca da postagem dos mesmos, via e-mail, a saber, [licitacao.bomjardim@gmail.com](mailto:licitacao.bomjardim@gmail.com), indicando, ainda, o código de rastreio da postagem, sendo de total responsabilidade da empresa eventuais extravios e recebimento dos documentos pelo setor após a realização do certame.**

**25 – ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL:**

Os anexos que integram este Edital, como partes inseparáveis, são os seguintes:

25.1 – Anexo I – Termo de Referência – Projeto Básico.

25.2 – Anexo II – Proposta de Preços.

25.3 – Anexo III – Declaração Conjunta.

25.4 – Anexo IV – Carta de Credenciamento.

25.5 – Anexo V – Minuta de Contrato.

Bom Jardim, 13 de Março de 2023

---

***Rhamon Marllon Freitas Moreira***  
*Secretário Municipal de Projetos Especiais*  
*Matrícula nº 41/6928*  
*CPF nº 116.505.007-26*



**EDITAL**  
**TOMADA DE PREÇOS 002/2023**  
**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - PROJETO BÁSICO**

**1 - OBJETO**

1.1 - Este Termo de Referência visa estabelecer as diretrizes básicas, que deverão ser seguidas, por **empresa especializada na prestação de serviços de ENGENHARIA para realização de CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO na Rua de Acesso ao Bairro São Francisco. Banquete – 3ºDistrito – Bom Jardim/RJ.** atendendo a demanda da Secretaria de Projetos Especiais.

**1.2 – DETALHAMENTO DO OBJETO**

O memorial descritivo, a planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro que acompanham este projeto básico são os elementos suficientes e necessários para caracterizar a **CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO na Rua de Acesso ao Bairro São Francisco. Banquete – 3ºDistrito – Bom Jardim/RJ.**

Além disso, a CONTRATADA deverá apresentar o PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA, compatível com este projeto básico e seus anexos, remetendo ao CONTRATANTE para aprovação.

1.2.1 - O PROJETO EXECUTIVO deverá indicar todos os elementos necessários à realização da obra. São elementos do projeto executivo:

- a) Orçamento detalhado em nível de projeto executivo;
- b) Pranchas de desenho com os detalhes do projeto, em três cópias;
- c) Composição dos custos unitários (CCU) de todos os itens de serviços;
- d) Composição das taxas de BDI para as edificações e equipamentos;
- e) Composição dos encargos sociais de horistas e mensalistas (Tabela SINAPI);
- f) Caderno de especificações técnicas;
- g) ART/RRT do projeto executivo;
- h) ART/RRT da planilha orçamentária.

A representação gráfica em cumprimento ao decreto federal nº 9.983 de 2019, deverá ser apresentada em plataforma BIM (Building Information Modeling), em formato RVT, em escala adequada com plantas baixas, cortes e vistas necessários à completa compreensão dos serviços a serem executados e materiais empregados na obra civil bem como todos os detalhes construtivos necessários.

O memorial descritivo deverá conter as especificações técnicas de todos os serviços equipamentos e instalações, que deverão ser executados, bem como relatórios técnicos e memoriais de cálculos que forem necessários.

1.2.2 - O orçamento deverá ser detalhado com cronograma físico-financeiro dos valores licitados para a execução da obra, incluindo planilha de composição do BDI com indicação dos índices, em conformidade com a planilha da Resolução 339/2015-CJF - Anexo III, assinado por profissional habilitado e com o registro no órgão técnico competente – ART do CREA ou RRT do CAU. O orçamento deverá atender o Decreto 7.983/13 e Acórdão 2.622/13 do TCU (BDI).



### 1.2.3 ITENS NOVOS

Caso verifique-se a necessidade, devidamente justificada, da prestação de eventuais serviços ou itens não previstos (ITENS NOVOS), será feito com base no custo unitário constante no sistema EMOP ou SINAPI ou SCO-RIO e/ou cotação junto a empresas de engenharia local, dentre estes a de menor preço unitário acrescido do BDI estabelecido pela administração no orçamento base, aplicando-se o desconto inicialmente obtido na licitação.

Os itens novos não constantes do Sistema SINAPI, EMOP ou SCO-RIO, terão seus preços limitados aos custos indicados nos sistemas de orçamentação de obras (SICRO/SINAPI/SCO/PINI/SBC) ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto à no mínimo três fornecedores especializados, acrescidos do BDI estabelecido pela administração no orçamento base, aplicando-se o desconto inicialmente obtido na licitação.

### 1.3 - SITUAÇÃO QUE ORIGINA A DEMANDA

Trata-se de um projeto para **CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO na Rua de Acesso ao Bairro São Francisco, Banquete – 3º Distrito – Bom Jardim/RJ.**

Conforme pode ser observado no Laudo de Vistoria no Anexo G, faz-se necessária a referida obra, que fará a contenção da via, devido ao risco iminente de desmoronamento.

### 1.4 – ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Foram elaborados Estudos Técnicos Preliminares, conforme ANEXO F.

### 1.5 – JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE DA DEMANDA

Será realizada a **CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE CONTENÇÃO na Rua de Acesso ao Bairro São Francisco, Banquete – 3º Distrito – Bom Jardim/RJ.** proporcionando segurança aos veículos e transeuntes da via.

### 1.6 – JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO

Optou-se pelo NÃO PARCELAMENTO por ser a alternativa mais vantajosa para a Administração, tanto em termos de gestão de contrato, com a diminuição dos custos administrativos, quanto de economia e eficiência na alocação dos recursos para a execução dos serviços, sendo o objeto adjudicado globalmente ao vencedor.

O objeto da pretendida contratação, bem como a composição do item que forma o conjunto de serviços a serem prestados configuram uma única solução para os serviços de **CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO na Rua de Acesso ao Bairro São Francisco, Banquete – 3º Distrito – Bom Jardim/RJ.** Eles possuem correlação entre si e são elementos inseparáveis de uma mesma e única solução.

Neste sentido, esclarecemos que nossa análise aponta para o NÃO PARCELAMENTO do objeto.

## 2 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 – A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

2.1.1 – Efetuar a prestação do serviço conforme especificações, no prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao serviço prestado, data e local;

2.1.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

2.1.3 – Reparar, corrigir, remover ou substituir, em até 15 (quinze) dias úteis, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações do serviço objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de



materiais inadequados ou desconformes com as especificações.

2.1.4 – Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

2.1.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.1.6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

2.1.7 – Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;

2.1.8 – Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;

2.1.9 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e demais despesas relativas à prestação de serviço;

2.1.10 - Apresentar, no momento da assinatura do contrato, caso seja Fundação, junto ao ato constitutivo, Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, Promotoria de Justiça das Fundações, conforme determina Resolução Complementar nº 15/2005.

2.1.11 - Fornecer todos os equipamentos e materiais permanentes necessários para a realização da obra, sem a cobrança adicional de encargos, aluguéis ou ônus de qualquer natureza.

2.1.12 - Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus funcionários à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.

2.1.13 - Adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias, para assegurar a execução da obra do objeto da presente solicitação.

2.1.14 - Garantir que as especificações dos equipamentos e materiais permanentes cumpram às normas técnicas pertinentes.

2.1.15 - Apresentar documentos, relatórios ou demais informações necessárias a execução do contrato.

2.1.16 - Fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) aos funcionários que atuarão na execução da obra, obedecendo a legislação vigente.

2.1.17 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

2.1.18 - Elaborar, implementar e manter atualizado o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e o PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, quando cabível.

2.1.19 - Providenciar Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF) para todos os empregados.

2.1.20 - Providenciar senha para que o trabalhador tenha acesso ao extrato de informações previdenciárias.

2.1.21 - Fixar domicílio bancário dos empregados no Município de Bom Jardim, onde serão prestados os serviços.

2.1.22 - Realizar exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de função dos contratados.

2.1.23 - Fornecer gratuitamente vestimenta aos trabalhadores, procedendo a sua reposição



periódica.

2.1.24 - Disponibilizar vestiário com armários individuais aos trabalhadores que executam atividades que exigem a troca de roupas, observando-se a separação de sexos, quando cabível.

2.1.25 - Disponibilizar ou fornecer aos trabalhadores, em todos os locais de trabalho, água potável, em condições higiênicas, sendo proibido o uso de copo coletivo.

2.1.26 - Não permitir que trabalhadores sejam transportados na caçamba de caminhões ou em partes internas dos veículos ou em quaisquer veículos inadequados ou não adaptados, ainda que sejam tais veículos de propriedade ou de responsabilidade de outrem, nos termos do §1º do art. 1º, inciso II do art. 230, e caput do art. 235, todos da Lei 9.503/97.

2.1.27 - Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

2.1.28 - Inscrever a obra no Cadastro Nacional de Obras - CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845/2018.

2.1.29 - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos preceitos da legislação sobre jornada de trabalho, e cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias oriundas da lei ou de acordos, dissídios, convenções coletivas e congêneres aplicáveis às categorias profissionais abrangidas no contrato.

2.1.30 - Possuir, no momento da assinatura do contrato e durante a execução dos serviços, técnico em segurança do trabalho vinculado à empresa, que seja responsável pelas medidas de segurança dos empregados.

2.1.31- Responder pelo PRAZO DE GARANTIA DE 5 (CINCO) ANOS, pela solidez e segurança da obra executada, cubrindo qualquer dano proveniente da má execução da obra.

2.1.32 – Observar os anexos do Termo de Referência, em especial ao memorial descritivo apresentado, que contém especificações técnicas do serviço e materiais a serem utilizados.

### **3 – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**

3.1 – A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

3.1.1 – Emitir a ordem de início e recebimento dos serviços no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;

3.1.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação definitiva;

3.1.3 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução contratual, para que seja reparada ou corrigida;

3.1.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;

3.1.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à execução contratual, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos;

3.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.3 - Fornecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa entregar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas.



3.4 - Providenciar a destinação ambientalmente adequada aos resíduos da construção civil originários da contratação, na forma do que dispõe a Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 e suas alterações.

#### **4 – DINÂMICA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

4.1 – Os serviços serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço unitário.

4.2 – A Administração emitirá por escrito ordem de início, com a quantidade e identificação dos serviços que serão prestados, o local de execução, o prazo máximo para início e conclusão, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

4.3 – O prazo máximo para a prestação do serviço será de 04 (quatro) meses corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços, a ser emitida pela Secretaria Municipal de Projetos Especiais.

4.4 – A execução do serviço poderá ser prorrogada por igual período, de 04 (quatro) meses corridos.

4.5 - A execução do serviço só poderá ser prorrogada mediante a apresentação de justificativa idônea, junto à cópia do diário de obras.

4.6 – Os serviços serão recebidos provisoriamente em até 15 dias úteis após recebimento de relatório de medição acompanhado de relatório fotográfico encaminhado pela empresa vencedora do certame licitatório.

4.6.1 - O recebimento provisório será dispensado caso o custo previsto dos itens vencidos pelo licitante não ultrapasse o valor do art. 23, II, “a” da Lei Federal nº 8.666/93.

4.7 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.8 – Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou ateste das notas fiscais.

4.8.1 - O prazo de observação ou vistoria para o recebimento definitivo não ultrapassará 90 (noventa) dias corridos, salvo em casos excepcionais devidamente justificados.

4.9 – Caso a verificação de conformidade não seja procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.10 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, bem como a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra e responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.11 – A execução do contrato reputa-se concluída quando as obrigações da Administração e da CONTRATADA forem integralmente cumpridas, após o recebimento definitivo de todos os serviços objeto desta contratação, decorridos os prazos de garantia legal e contratual, e realizado o respectivo pagamento.

#### **4.12 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

4.12.1 - A CONTRATADA deverá manter diário de obra, onde anotar todos os serviços executados e mão-de-obra alocada diariamente, bem como condições climáticas e demais ocorrências pertinentes sobre o andamento dos serviços e eventuais intercorrências.

4.12.2 - As medições serão realizadas mensalmente, por meio de planilha de medição, e serão



antecedidas por vistoria ao local por parte dos fiscais do contrato definidos pelo CONTRATANTE.

4.12.3 - As planilhas de medição apresentadas pela CONTRATADA observarão o constante no Projeto Executivo aprovado pelo CONTRATANTE e deverão ser acompanhadas de cópia do diário de obras do período correspondente.

4.12.4 - As planilhas de medição serão aprovadas após a vistoria dos fiscais do contrato, e, sempre que houver necessidade, a fiscalização demandará correções da planilha de medição ou correções dos serviços executados em desconformidade com o Projeto Executivo.

4.12.5 - O pagamento observará os limites de desembolso estabelecidos pelo cronograma físico-financeiro do Projeto Executivo aprovado pelo CONTRATANTE.

## **5– PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**

5.1 – Todas as comunicações entre a Administração e a CONTRATADA serão feitas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

5.2 – A CONTRATADA, ao apresentar sua proposta comercial, deverá informar seu endereço para correio eletrônico, ou caso não disponha, o seu endereço comercial para recebimento das comunicações.

5.3 – Presumem-se válidas as intimações e comunicações dirigidas aos endereços informados pela CONTRATADA, incluindo as comunicações por meios eletrônicos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à Administração, fluindo os prazos a partir da juntada do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

5.4 – Fica facultado à Administração comunicar à Contratada, por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, sem prejuízo do previsto no item 5.3.

## **6– GESTOR DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES**

6.1 – O gestor do contrato é a Secretaria de Projetos Especiais, representada pelo Secretário **Rhamon Marllon de Freitas Moreira**, Matrícula nº 41/6928, CPF nº 116.505.007-26.

6.2 – Compete ao gestor do contrato:

6.2.1 – Emitir a ordem de início da execução contratual;

6.2.2 – Solicitar à fiscalização do contrato que inicie os procedimentos de acompanhamento e fiscalização;

6.2.3 – Encaminhar comunicações à CONTRATADA ou fornecer meios para que a fiscalização se comunique com a CONTRATADA;

6.2.4 – Solicitar a aplicação de sanções por descumprimento contratual;

6.2.5 – Solicitar a glosa de pagamentos em razão da recusa parcial dos serviços ou de serviços prestados em qualidade inferior à disposta no instrumento convocatório e seus anexos;

6.2.6 – Requerer ajustes, aditivos, suspensões, prorrogações ou supressões ao contrato, na formada legislação;

6.2.7 – Solicitar a rescisão do contrato, nas hipóteses do instrumento convocatório e da legislação aplicável;

6.2.8 – Tomar demais medidas necessárias para a regularização de faltas ou eventuais problemas relacionados à execução do contrato.

6.2.9 – Solicitar ao Fiscal de Contrato o envio de relatórios relativos à fiscalização de contrato.

## **7– FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES**

7.1 – Serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato os servidores:



- **Hudson Rodrigues de Souza**, Engenheiro Civil, Matrícula nº 10/6265-SMG, CPF nº 138.441.437-18;

- **Aline Estele Câmara**, Matrícula nº 41/7223, CPF nº 166.236.167-05.

7.2 – Compete à fiscalização do contrato:

7.2.1 – Realizar os procedimentos de acompanhamento da execução do contrato;

7.2.2 – Apresentar-se pessoalmente no local, data e horário para o recebimento dos serviços ou verificar pessoalmente e espontaneamente a execução dos serviços, recebendo-os após sua conclusão;

7.2.3 – Apurar ouvidorias, reclamações ou denúncias relativas à execução do contrato, inclusive anônimas;

7.2.4 – Receber e analisar os documentos emitidos pela CONTRATADA que são exigidos no instrumento convocatório e seus anexos;

7.2.5 – Elaborar o registro próprio e emitir termo circunstanciando, recibos e demais instrumentos de fiscalização, anotando todas as ocorrências da execução do contrato;

7.2.6 – Verificar a quantidade, qualidade e conformidade dos serviços;

7.2.7 – Recusar os serviços entregues em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, exigindo sua substituição no prazo disposto no instrumento convocatório e seus anexos;

7.2.8 – Atestar o recebimento definitivo dos objetos entregues em acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

7.2.9 – Encaminhar relatório relativo à fiscalização do contrato ao Gestor do Contrato, contendo informações relevantes quanto à fiscalização e execução do instrumento contratual.

## **8– FORMA DE PAGAMENTO**

8.1 – O CONTRATANTE terá:

8.1.1 – O prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, para realizar o pagamento, nos casos de serviços recebidos cujo valor não ultrapasse R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), na forma do art. 5º, §3º da Lei Federal nº 8666/93, vedando-se o parcelamento de faturamento, solicitações de cobrança, ordens de pagamento que caracterizem inobservância da ordem cronológica estabelecidas no dispositivo citado.

8.1.2 – O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

8.2 – Os documentos fiscais serão emitidos em nome do MUNICÍPIO DE BOM JARDIM – RJ, CNPJ nº 28.561.041/0001-76, situado na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro, Bom Jardim - RJ, CEP 28660-000.

8.3 – Junto aos documentos fiscais, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista com validade atualizada exigidas no instrumento convocatório e seus anexos.

8.4 – Após a juntada da prova de recebimento definitivo, a Administração incluirá o crédito da CONTRATADA na respectiva fila de pagamento, a fim de garantir o pagamento em obediência à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos.

8.5 – A ordem de pagamento poderá ser alterada por despacho fundamentado da autoridade superior, nas hipóteses de:

8.5.1 – Haver suspensão do pagamento do crédito;

8.5.2 – Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

8.5.3 – Haver seguros veiculares e imobiliários;



- 8.5.4 – Evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Administração ou para restaurá-los;
- 8.5.5 – Cumprimento de ordem judicial ou decisão de Tribunal de Contas;
- 8.5.6 – Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- 8.5.7 – Ocorrência de casos fortuitos ou força maior;
- 8.5.8 – Créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários;
- 8.5.9 – Outros motivos de relevante interesse público, devidamente comprovados e motivados.
- 8.6 – O pagamento será suspenso, por meio de decisão motivada dos servidores competentes, em caso de constada irregularidade na documentação da CONTRATADA ou irregularidade durante o processo de liquidação.
- 8.7 – O pagamento será feito em depósito em conta corrente informada pela CONTRATADA, em parcela correspondente ao cronograma de desembolso, na forma da legislação vigente.
- 8.7.1 - Por se tratar de execução de obra por empreitada, seu cronograma de desembolso será efetuado de acordo com a medição apresentada pela contratada e aceita pela contratante, observado os percentuais máximos estabelecidos no cronograma físico-financeiro (Anexo B).
- 8.7.2 - Os limites para pagamento e mobilização de obras e serviços deverá obrigatoriamente atender o cronograma físico-financeiro.
- 8.8 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC-A e juros moratórios de 0,5% ao mês.
- 8.9 – A compensação financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = N \times V \times I$ , onde EM é o encargo moratório devido, N é o número de dias atrasados do pagamento, V é o valor que deveria ser pago, e I é o índice de compensação, com valor de 0,00016438.
- 8.10– Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a Administração para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada, justificada e devidamente comprovada pela CONTRATADA.
- 8.11– É vedado à CONTRATADA a cessão de crédito para instituições financeiras decorrentes dos pagamentos futuros dispostos no instrumento convocatório e seus anexos, ressalvada a hipótese do art.46 da Lei Complementar nº 123/06.

## **9– REAJUSTES DOS PREÇOS**

- 9.1 – Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 9.2 – Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice EMOP exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.4 – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



9.5 – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.6 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.7 – O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

## **10 – PENALIDADES**

10.1– Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos dispostos nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo-lhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:

10.1.1 – Advertência;

10.1.2 – Multa(s);

10.1.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2– São infrações leves as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, mas sem prejuízo à Administração, em especial:

10.2.1 – Não prestar os serviços conforme as especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, corrigindo em tempo hábil a execução;

10.2.2 – Não observar as cláusulas contratuais referentes às obrigações, quando não importar em conduta mais grave;

10.2.3 – Deixar de adotar as medidas necessárias para adequar os serviços às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos;

10.2.4 – Deixar de apresentar imotivadamente qualquer documento, relatório, informação, relativo à execução do contrato ou ao qual está obrigado pela legislação;

10.2.5 – Apresentar intempestivamente os documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação.

10.3– São infrações médias as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, em especial:

10.3.1 – Reincidir em conduta ou omissão que ensejou a aplicação anterior de advertência;

10.3.2 – Atrasar o início ou conclusão da prestação dos serviços;

10.3.3 – Não completar a prestação dos serviços;

10.3.4 – Não cumprir os prazos estabelecidos no cronograma de execução da obra de maneira injustificada.

10.4– São infrações graves as condutas que caracterizam inexecução parcial ou total do contrato, em especial:

10.4.1 – Recusar-se o adjudicatário, sem a devida justificativa, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

10.4.2 – Atrasar o início ou conclusão da prestação de serviços em prazo superior a 15 (quinze) dias úteis.



10.4.3 – Atrasar reiteradamente a execução ou substituição dos serviços.

10.5– São infrações gravíssimas as condutas que induzam a Administração a erro ou que causem prejuízo ao erário, em especial:

10.5.1 – Apresentar documentação falsa;

10.5.2 – Simular, fraudar ou não iniciar a execução do contrato;

10.5.3 – Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação;

10.5.4 – Cometer fraude fiscal;

10.5.5 – Comportar-se de modo inidôneo;

10.5.6 – Não manter sua proposta;

10.5.7 – Não recolher os tributos, contribuições previdenciárias e demais obrigações legais, incluindo o FGTS, quando cabível.

10.6– Será aplicada a penalidade de advertência às condutas que caracterizam infrações leves que importarem em inexecução parcial do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

10.7– Será aplicada a penalidade de multa às condutas que caracterizam infração média, grave ou gravíssima que importarem em inexecução parcial ou total do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, observada as seguintes graduações:

10.7.1 – Para as infrações médias, o valor da multa será arbitrado entre 1 a 50 UNIFBJ;

10.7.2 – Para as infrações graves, o valor da multa será arbitrado entre 51 a 100 UNIFBJ;

10.7.3 – Para as infrações gravíssimas, o valor da multa será arbitrado entre 100 a 200 UNIFBJ.

10.8– Será aplicada a penalidade de suspensão temporária, que poderá ser cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA, se recusar a adotar as medidas necessárias para adequar a execução às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, por até 02 (dois) anos.

10.9– Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade, que poderá ser cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA cometer infração gravíssima com dolo, má-fé ou em conluio com servidores públicos ou outras licitantes.

10.10 – A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal produz efeitos apenas para o Município de Bom Jardim - RJ.

10.10.1– Além da multa, poderá ser declarada a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública quando:

10.10.1.1– Apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal ou comportar-se de modo inidôneo;

10.10.1.2– Deixar de recolher os tributos, contribuições previdenciárias e demais obrigações legais, incluindo o depósito do FGTS, causando prejuízo ao erário,

10.10.1.3– Abandonar deliberadamente o serviço já iniciado, deixando de executar o objeto do contrato e induzindo a rescisão contratual.

10.11 – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeito em todo o território nacional.

10.12 – Para assegurar os efeitos da declaração de inidoneidade e da suspensão temporária, a Administração incluirá as empresas sancionadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, até a reabilitação da empresa sancionada.



10.13 – A reabilitação da declaração de inidoneidade será concedida quando a empresa ou profissional penalizado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.14 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando o licitante vencedor não mantiver a sua proposta no respectivo prazo de validade; não iniciar a execução do serviço no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da ordem de serviço, ou ainda quando o adjudicatário se recusar a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, esta poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para substituir o licitante faltoso.

10.14.1 – conforme disposição no caput do art. 81, da Lei Federal 8.666/93, a sanção referida neste item, não se aplica aos licitantes que convocados, conforme ordem de classificação das propostas, não aceitarem a contratação.

10.15 – As penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dispostas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, poderão ser aplicados aos profissionais ou às empresas que praticarem os ilícitos previstos nos incisos do art. 88 do mesmo diploma legal, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

10.16 – Serão utilizados, para conversão dos valores das multas em moeda corrente, os valores atuais da unidade fiscal de referência de Bom Jardim – UNIFBJ, na forma do art. 439 do Código Tributário Municipal (LCM nº 218/2016), equivalente a 44,27 (quarenta e quatro inteiros e vinte e sete centésimos) de UFIR-RJ.

10.17 – As multas aplicadas deverão ser recolhidas em favor do Município no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

10.18 – As multas aplicadas e não recolhidas no prazo do instrumento convocatório serão inscritas em dívida ativa e executadas judicialmente conforme o disposto na Lei Federal nº 6.830/80 e na legislação tributária vigente, acrescida dos encargos correspondentes.

10.19 – As penalidades só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

## **11 – CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA CONTRATUAL**

11.1– Uma vez homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar e retirar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sendo cientificada de que sua omissão ensejará decaimento do direito à contratação, sem prejuízo à aplicação das penalidades dispostas no instrumento convocatório e seus anexos.

11.2– Alternativamente ao comparecimento perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a licitante vencedora poderá enviar o termo de contrato ou aceite assinado mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico com a respectiva assinatura digital, cujo marco do cumprimento será contado a partir da data de postagem.

11.3– O aceite de nota de empenho ou instrumento equivalente, emitida à licitante vencedora, implicano reconhecimento que:

11.3.1 – A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no instrumento convocatório e seus anexos.

11.4– O prazo para assinar, aceitar ou retirar o termo de contrato ou instrumento equivalente será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pela parte durante o seu transcurso e tenha ocorrido fato justificado aceito pela Administração.

11.5– Como requisito para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas



condições de habilitação consignadas no instrumento convocatório e seus anexos.

## **12 – DURAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1– O contrato terá duração de 10 meses, com eficácia na forma do art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, a iniciar da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, na forma da legislação vigente.

12.1.1 - O contrato só poderá ser prorrogado mediante a apresentação de justificativa, junto à cópia do diário de obras.

12.1.2 – O contrato poderá ser prorrogado de acordo com o Plano Plurianual e demais Leis orçamentárias do município, de acordo com o art. 57, I da Lei 8.666/93.

12.2– O contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, após a devida justificativa, obrigando a CONTRATADA a aceitar seus termos e resguardado o equilíbrio econômico-financeiro, nas seguintes hipóteses:

12.2.1 – Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da Administração;

12.2.2 – Quando houver modificação do valor contratual em razão de acréscimos ou supressão quantitativa dos serviços a serem prestados, na forma do art. 65, §1º da Lei Federal 8.666/93.

12.3– O contrato poderá ser alterado por comum acordo das partes, após justificativa da Administração, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 – Quando conveniente a substituição de garantia de execução;

12.3.2 – Quando necessária a modificação da forma do serviço ou da dinâmica de execução do contrato, em razão da verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

12.3.3 – Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, sendo vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do serviço;

12.3.4 – Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, quando sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

12.3.5 – Quando necessária a supressão de serviços a serem prestados em proporção superior à 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.4– Havendo alteração unilateral, a Administração restabelecerá, por aditamento, o equilíbrio financeiro-econômico inicial.

12.5– A Administração poderá, após a devida justificativa, ordenar por escrito a suspensão do contrato pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, incluindo neste limite eventuais prorrogações de suspensão ou novos pedidos de suspensão.

12.6– O reinício da execução do contrato, após a suspensão, será realizado após ordem da Administração, nos moldes adotados para a execução do objeto.

12.7– O contrato será extinto após a conclusão de sua execução, por rescisão determinada por ato unilateral da Administração, por rescisão administrativa consensual ou por rescisão judicial.

12.8– São hipóteses de rescisão determinada por ato unilateral da Administração:

12.8.1 – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.8.2 – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;



- 12.8.3 – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço nos prazos estipulados;
- 12.8.4 – O atraso injustificado no início da execução;
- 12.8.5 – A paralisação da execução sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- 12.8.6 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no instrumento convocatório e seus anexos;
- 12.8.7 – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 12.8.8 – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio da fiscalização;
- 12.8.9 – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 12.8.10 – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 12.8.11 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- 12.8.12 – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 12.8.13 – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- 12.9 – A rescisão amigável se dará mediante comum acordo entre a Administração e a CONTRATADA, reduzida a termo no processo de licitação.
- 12.10 – A rescisão por ato unilateral da Administração acarretará nas consequências dispostas no art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de eventual aplicação de penalidades por inexecução contratual.

### **13 – SUBCONTRATAÇÃO**

- 13.1- Será admitida a subcontratação, no limite de 25% do valor total do objeto, nas seguintes condições:
- 13.1.1 – É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;
- 13.1.2 – É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação;
- 13.1.3 – É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica definidas no instrumento convocatório;
- 13.1.4 – É vedada a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a CONTRATADA.
- 13.2 – A subcontratação depende de autorização prévia da Administração, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira necessários para a execução do objeto.
- 13.3 – Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 13.4 – Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente



às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

#### **14 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

14.1– O critério de julgamento é o MENOR PREÇO.

14.2– A adjudicação será feita pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

#### **15 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

15.1 - Comprovante de inscrição, em nome da pessoa jurídica licitante, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

15.2 - Declaração do licitante, possuir vínculo, na data de entrega da proposta, com profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor de atestado de responsabilidade técnica - ART ou registro de responsabilidade técnica - RRT por execução de serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Os documentos podem ser demonstrados pelo interessado, na forma do Art. 30, § 6º da Lei 8.666/93.

15.2.1 - Entende-se como vinculado ao licitante o profissional de nível superior, que na data prevista para entrega da proposta, seja o sócio, administrador ou diretor da empresa licitante, comprovando seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; ou o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante; ou o prestador de serviços com declaração formal de compromisso de vinculação futura. Os documentos podem ser demonstrados pelo interessado, na forma do Art. 30, § 6º da Lei 8.666/93.

15.2.2 - A comprovação de deter atestado de responsabilidade técnica - ART ou registro de responsabilidade técnica - RRT poderá ser feita mediante a apresentação do respectivo ART/RRT e da CAT - Certidão de Acervo Técnico do profissional, na forma da Resolução nº 1025/09 do CONFEA.

15.2.3- No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que tratam os itens

15.2.1 e 15.2.2 poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10º, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

**15.2.4 - O item de maior relevância é 2.3 ESTRUTURAS**

Item da planilha orçamentária:

**2.3.5 – 11.026.0030-0 - MURO DE CONTENÇÃO DE TALUDES EM ALVENARIA DE BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL DE (19X19X39)CM, ATÉ 1,80M DE ALTURA, INCLUINDO BASE DE CONCRETO, AÇO CA-50 E ENCHIMENTO DE BLOCOS E MEDIDOS PELA ÁREA REAL.**

15.2.5 – A escolha do item acima se deu por ser o item de maior complexidade de execução.

#### **16 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

16.1 – A apresentação da certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor do local do principal estabelecimento da pessoa jurídica, na forma do art. 3º da L. 11.101/05, não sendo causa de inabilitação da licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação.

16.2 – A apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices



oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, aceitos, alternativamente:

- 1- por publicação em diário oficial; 2- por publicação em jornal;
- 3- por cópia ou fotocópia de livro diário incluindo os termos de abertura e encerramento devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do proponente;
- 4- por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópias das respectivas folhas do SPED, inclusive do termo de abertura e encerramento, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 do Código Civil.

16.3 – A comprovação da boa situação financeira da empresa, constatada mediante obtenção do índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro e zero décimos), resultante da aplicação da fórmula  $LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$ , onde AC é ativo circulante, RLP é realizável em longo prazo, PC é passivo circulante e PNC é passivo não circulante, vedado arredondamento do cálculo.

16.4 – A licitante que apresentar resultado inferior a 1,0 (um inteiro e zero décimos) do índice de Liquidez Geral (LG) deverá comprovar, considerados os riscos para a Administração, o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado dos itens vencidos pelo licitante.

16.5 – Em caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

16.6 – Em caso de haver previsão legal ou previsão no contrato social, admite-se a apresentação de balanço patrimonial intermediário.

16.7 – O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios de tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/ 2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual, da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, caso seja a sua primeira contratação com administração pública, sendo devidamente declarado.

## **17 – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

17.1 - O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

17.2 - No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

17.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

17.5 - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual.

17.6 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

17.7 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

17.8 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Administração, em conta específica a ser informada pela Secretaria Municipal de Fazenda, com correção monetária.

17.9 - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

17.10 - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

17.11 - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

17.12 - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.13 - A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.14 - Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termocircunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

17.15 - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante como objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

17.16 - A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Termo de Referência e no Contrato.

## 18 – VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA

18.1 - Será facultada a visita à área **para CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO na Rua de Acesso ao Bairro São Francisco, Banquete – 3º Distrito – Bom Jardim/RJ**, mediante agendamento, para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao objeto licitado, bem como para verificar todas as informações relativas à sua descrição.

18.2 - A visita poderá ser agendada através de petição protocolada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro, Bom Jardim - RJ, das 09h às 17 h ou através do e-mail [gabineteprefeitopmbj@gmail.com](mailto:gabineteprefeitopmbj@gmail.com) e/ou [projetospmbj2021@gmail.com](mailto:projetospmbj2021@gmail.com) em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura dos envelopes.

18.3 - As licitantes não poderão alegar desconhecimento das características técnicas dos serviços, mesmo que optem por não vistoriar.

18.4 - Será de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude



de sua omissão na verificação das instalações, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato. A empresa que optar em não realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da súmula nº 1 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

## **19 - DEMAIS OBSERVAÇÕES**

19.1 – O presente estará disponível aos interessados em participar do certame no Setor de Licitações do Município, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim - 2º andar – Comissão Geral de Licitações e Compras, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h às 17h e na SECRETARIA DE PROJETOS ESPECIAIS, 3º andar do endereço citado acima e nos mesmos dias e horários.

19.2 – São anexos ao presente Termo de Referência os seguintes documentos:

19.2.1 – Anexo A – Planilha orçamentária;

19.2.2 - Anexo B – Cronograma físico financeiro;

19.2.3 - Anexo C – Memorial de cálculo;

19.2.4 - Anexo D – Demonstrativo BDI;

19.2.5 - Anexo E – Memorial descritivo;

19.2.6 – Anexo F – Estudo Técnico Preliminar;

19.2.7 - Anexo G – Laudo de Vistoria.

19.2.8 - Anexo H – Desenhos Técnicos.

19.3 - A licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666/93.

## **20 – RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E CIÊNCIA DOS FISCALIS E GESTOR DO CONTRATO.**

20.1 – É responsável pela elaboração deste documento a servidora:

**Carla Martins de Souza Dutra Silva**  
Chefe de Planejamento e Projetos Básicos  
Matrícula nº 12/3618

20.2 – Estão cientes de suas indicações e atribuições:

**Hudson Rodrigues de Souza**  
Engenheiro Civil  
Matrícula nº 10/6265  
CPF nº 138.441.437-18

**Aline Estele Câmara**  
Matrícula nº 41/7223  
CPF nº 166.236.167-05



18.3 – Está de acordo com os termos:


**Rhamon Marllon Freitas Moreira**  
Secretário de Projetos Especiais Matrícula nº 41/6928  
CPF nº 116.505.007-26




## ANEXO A – DO TERMO DE REFERÊNCIA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO						
LOCAL: ESTRADA DE ACESSO AO BAIRRO SÃO FRANCISCO - ROSÁRIO - BANQUETE - 3º DISTRITO - BOM JARDIM/RJ						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
					MÉDIA	
ITEM	CODIGO EMOP	DESCRICAO	UNID.	QUANT.	PREÇOS	
					UNITARIO	TOTAL
1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1 - PROJETO						
1.1.1	02.020.0001-0	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA,INCLUSIVE PINTURA E SUPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	1,00	482,22	482,22
TOTAL DO ITEM 1.1 - PROJETO						482,22
1.2 - CANTEIRO DE OBRAS						
1.2.3	01.005.0004-0	PREPARO MANUAL DE TERRENO,COMPREENDENDO ACERTO,RASPAGEM EVENTUAL ATE 0.30M DE PROFUNDIDADE E AFASTAMENTO LATERAL DO MATERIAL EXCEDENTE,INCLUSIVE COMPACTACAO MANUAL	M2	30,00	16,69	500,55
TOTAL DO ITEM 1.2 - CANTEIRO DE OBRAS						500,55
1.3 - TRANSPORTES						
1.3.1	04.020.0122-0	TRANSPORTE DE ANDAIME TUBULAR,CONSIDERANDO-SE A AREA DE PROJECAO VERTICAL DO ANDAIME,EXCLUSIVE CARGA,DESCARGA E TEMPO DE ESPERA DO CAMINHAO(VIDE ITEM 04.021.0010)	M2XKM	1.800,00	0,18	315,00
1.3.2	04.021.0010-0	CARGA E DESCARGA MANUAL DE ANDAIME TUBULAR,INCLUSIVE TEMPO DE ESPERA DO CAMINHAO,CONSIDERANDO-SE A AREA DE PROJECAO VERTICAL	M2	60,00	0,81	48,45
TOTAL DO ITEM 1.3 - TRANSPORTES						363,45
1.4 - SERVIÇOS COMPLEMENTARES						
1.4.1	05.005.0012-1	PLATAFORMA OU PASSARELA DE MADEIRA DE 1ª,CONSIDERANDO-SE APROVEITAMENTO DA MADEIRA 20 VEZES,EXCLUSIVE ANDAIME OU OUTROSUPOORTE E MOVIMENTACAO(VIDE ITEM 05.008.0008)	M2	64,80	6,08	393,66
1.4.2	05.006.0001-1	ALUGUEL DE ANDAIME COM ELEMENTOS TUBULARES(FACHADEIRO)SOBRESAPATAS FIXAS,CONSIDERANDO-SE A AREA DA PROJECAO VERTICAL DO ANDAIME E PAGO PELO TEMPO NECESSARIO A SUA UTILIZACAO,EXCLUSIVE TRANSPORTE DOS ELEMENTOS DO ANDAIME ATE A OBRA,PLATAFORMA OU PASSARELA DE PINHO,MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS ANDAIMES	M2XMES	180,00	10,20	1.836,00
1.4.3	05.008.0001-0	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME COM ELEMENTOS TUBULARES,CONSIDERANDO-SE A AREA VERTICAL RECOBERTA	M2	60,00	6,73	403,80
1.4.4	05.008.0008-1	MOVIMENTACAO VERTICAL OU HORIZONTAL DE PLATAFORMA OU PASSARELA	M2	60,00	0,55	33,15
TOTAL DO ITEM 1.4 - SERVIÇOS COMPLEMENTARES						2.666,61
TOTAL DO ITEM 1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES						4.012,83
2.0 - CONSTRUÇÃO GERAL						
2.1 - MOVIMENTO DE TERRA						
2.1.1	03.001.0001-1	ESCAVACAO MANUAL DE VALA/CAVA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA (AREIA,ARGILA OU PICARRA),ATE 1,50M DE PROFUNDIDADE,EXCLUSIVE ESCORAMENTO E ESGOTAMENTO	M3	11,20	57,37	642,54
TOTAL DO ITEM 2.1 - MOVIMENTO DE TERRA						642,54
2.2 - PAVIMENTAÇÃO						
2.2.1	11.003.0001-1	CONCRETO DOSADO RACIONALMENTE PARA UMA RESISTENCIA CARACTERISTICA A COMPRESSAO DE 10MPA,INCLUSIVE MATERIAIS,TRANSPORTE,PREPARO COM BETONEIRA,LANCAMENTO E ADENSAMENTO	M3	0,80	483,42	386,73
TOTAL DO ITEM 2.2 - PAVIMENTAÇÃO						386,73
2.3 - ESTRUTURAS						
2.3.1	11.013.0130-0	CONCRETO ARMADO,FCK=20MPA,INCLUINDO MATERIAIS PARA 1,00M3 DECONCRETO(IMPORTADO DE USINA)ADENSADO E COLOCADO,12,00M2 DEAREA MOLDADA,FORMAS CONFORME O ITEM 11.004.0022,60KG DE ACOCA-50,INCLUSIVE MAO-DE-OBRA PARA CORTE,DOBRAGEM,MONTAGEM E COLOCACAO NAS FORMAS,EXCLUSIVE ESCORAMENTO	M3	9,98	2.335,14	23.304,65
2.3.2	10.003.0015-0	ESTACA RAIZ COM DIAMETRO DE 4" PARA CARGA DE 20T,INJECAO DEARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA,COM RESISTENCIA DE 20MPA,CONFORME ABNT NBR 6122,INCLUSIVE O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS (CIMENTO,AREIA E ACO),EXCLUSIVE PERFURACAO	M	38,40	65,17	2.502,62
2.3.3	01.001.0075-1	PERFURACAO MANUAL DE SOLO,A TRADO ATE 6"	M	38,40	12,63	485,09
2.3.4	10.012.0001-0	ARRASAMENTO DE ESTACA DE CONCRETO PARA CARGA DE TRABALHO DE COMPRESSAO AXIAL ATE 600KN	UN	32,00	142,41	4.557,20
2.3.5	11.026.0030-0	MURO DE CONTENCAO DE TALUDES EM ALVENARIA DE BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL DE(19X19X39)CM,ATE 1,80M DE ALTURA,INCLUINDO BASE DE CONCRETO,ACO CA-50 E ENCHIMENTO DE BLOCOS E MEDIDO PELA AREA REAL	M2	75,60	277,62	20.987,69
TOTAL DO ITEM 2.3 - ESTRUTURAS						51.837,25
TOTAL DO ITEM 2.0 - CONSTRUÇÃO GERAL						52.866,52
TOTAL:						56.879,35
B.D.I.					23,54%	13.389,40
TOTAL GERAL:						70.268,75



	<b>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS				
<b>OBRA: CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO</b>					
<b>LOCAL: ESTRADA DE ACESSO AO BAIRRO SÃO FRANCISCO - ROSÁRIO - BANQUETE - 3º DISTRITO - BOM JARDIM/RJ</b>					
<b>Estimativa de Custo</b>					
1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$	4.012,83	7,05%		
2.0 - CONSTRUÇÃO GERAL	R\$	52.866,52	92,95%		
<b>TOTAL SEM BDI</b>	<b>R\$</b>	<b>56.879,35</b>	<b>100%</b>		
<b>BDI = 23,54%</b>	<b>R\$</b>	<b>13.389,40</b>			
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>70.268,75</b>			

## ANEXO B – DO TERMO DE REFERÊNCIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS


CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Construção de Muro de Contenção- Banquete - 3º Distrito - Bom Jardim/RJ

		1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	TOTAL
1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES	%	30,00%	30,00%	20,00%	20,00%	100,00%
	R\$	1.203,85	1.203,85	802,57	802,57	4.012,83
2.0 - CONSTRUÇÃO GERAL	%	20,00%	20,00%	30,00%	30,00%	100,00%
	R\$	10.573,30	10.573,30	15.859,96	15.859,96	52.866,52
Sub-Total:	R\$	11.777,15	11.777,15	16.662,52	16.662,52	56.879,35
B.D.I. 23,54%	%	2.772,34	2.772,34	3.922,36	3.922,36	13.389,40
TOTAL:	R\$	14.549,49	14.549,49	20.584,88	20.584,88	70.268,75
% das Etapas	%	20,71%	20,71%	29,29%	29,29%	100,00%
TOTAL ACUMULADO:		14.549,49	29.098,99	49.683,87	70.268,75	
% Acumulado		20,71%	41,41%	70,71%	100,00%	




## ANEXO C – DO TERMO DE REFERÊNCIA

		ESTADO DO RIO DE JANEIRO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
---	--	--------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



## ANEXO D – DO TERMO DE REFERÊNCIA

		ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
		PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM	
		SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS	
<b>DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO B.D.I</b>			
<b>X . Taxa representativa das DESPESAS INDIRETAS, exceto tributos e despesas fi</b>			
TIPO		ALÍQUOTA (%)	
X.1 - Administração Central		4,00	
X.2 - Seguros + Garantias		0,80	
X.3 - Riscos		1,27	
		<b>X = 6,07</b>	
<b>Y . Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS</b>			
TIPO		ALÍQUOTA (%)	
Y.1 - Despesas Financeiras		1,23	
		<b>Y = 1,23</b>	
<b>Z . Taxa representativa do LUCRO</b>			
TIPO		ALÍQUOTA (%)	
Z.1 - Lucro Presumido		7,40	
		<b>Z = 7,40</b>	
<b>I . Taxa representativa da incidência dos IMPOSTOS ( sobre o FATURAMENTO d</b>			
TIPO		ALÍQUOTA (%)	
I.1 - I S S ( Imposto sobre Serviços ) - Municipal		3,00	
I.2 - COFINS ( Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) - Fe		3,00	
I.3 - P I S ( Programa de Integração Social ) - Federal		0,65	
		<b>I = 6,65</b>	
<b>B D I - Benefício e Despesas Indiretas</b>			
$B D I = \frac{(1 + X) (1 + Y) (1 + Z)}{(1 - I)} - 1$			
Fórmula do			
<b>X é a Taxa somatória das DESPESAS INDIRETAS, exceto tributos e despesas finance</b>			
<b>Y é a Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS;</b>			
<b>Z é a Taxa representativa do LUCRO;</b>			
<b>I é a Taxa representativa dos IMPOSTOS.</b>			
		<b>B.D.I → 23,54%</b>	



## **ANEXO E – DO TERMO DE REFERÊNCIA**

### **MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**Obra: MURO DE CONTENÇÃO**

**Endereço: Estrada de acesso ao Bairro São Francisco – Banquete – 3º Distrito**

**Proprietário: Prefeitura Municipal de Bom Jardim**

#### **1. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

##### **1.1. DESCRIÇÃO DA OBRA:**

O presente Memorial Descritivo refere-se à construção do muro de contenção na estrada de acesso ao Bairro São Francisco – Banquete – 3º Distrito de Bom Jardim/RJ.

A obra deve ser executada de acordo com a Planta de Locação dos Muros, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária. Não será reconhecida qualquer alegação de desconhecimento ou dificuldade de execução.

O presente memorial descritivo tem por finalidade estabelecer as condições que presidirão a instalação e o desenvolvimento da obra.

##### **1.2. PRAZO MÁXIMO DE EXECUÇÃO**

120 dias, conforme Cronograma Físico-Financeiro.

##### **1.3. MATERIAIS**

Todos os materiais necessários serão fornecidos pela CONTRATADA. Deverão ser de primeira qualidade e obedecer às normas técnicas específicas. As marcas citadas nestas especificações constituem apenas referência, admitindo-se outras, desde que previamente aprovadas pela fiscalização.

##### **1.4. MÃO-DE-OBRA**

A CONTRATADA deverá empregar somente mão-de-obra qualificada na execução dos diversos serviços. O mestre-de-obras encarregado da execução das obras deverá permanecer no canteiro em tempo integral.

##### **1.5. RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução da obra.

##### **1.6. SERVIÇOS PRELIMINARES**

A obra será executada em obediência aos projetos e Memorial Descritivo, que definirão os aspectos de arquitetura.

##### **1.7. GENERALIDADES**

A execução de todos os serviços contratados obedecerá rigorosamente as normas da ABNT em vigor.

Quaisquer danos decorrentes da execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA que deverá providenciar o reparo imediato.

A CONTRATADA deverá manter o pessoal com equipamentos de segurança (EPI) adequados a execução dos serviços.

## 2. LOCAÇÃO DA OBRA

Deverá ser executada a limpeza e regularização do terreno e a locação da obra conforme dimensões previstas no projeto. A obra será locada com todo o rigor, os esquadros serão conferidos à trena e as medidas tomadas em nível.

## 3. MURO DE CONTENÇÃO

### 3.1. GENERALIDADES:

O muro de contenção será executado em alvenaria, com estacas em concreto, vigas e pilares. Com a altura de acordo com os níveis apresentados em planta. Este tem a finalidade de retenção do talude do terreno. A fundação do muro terá uma profundidade média de 1,50 m e estacas variáveis, de acordo com profundidade necessária para garantir a estabilização. A extensão do muro será de 21,00 m.

### 3.2. ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO:

As estacas serão executadas a trado, com 15 cm de diâmetro e, em média com 2 m de profundidade. O concreto empregado será com FCK 20 MPA e, será deixada esperas de ferros para os pilares: 8 $\phi$ 10 mm e estribo  $\phi$ 5 mm cada 15 cm.

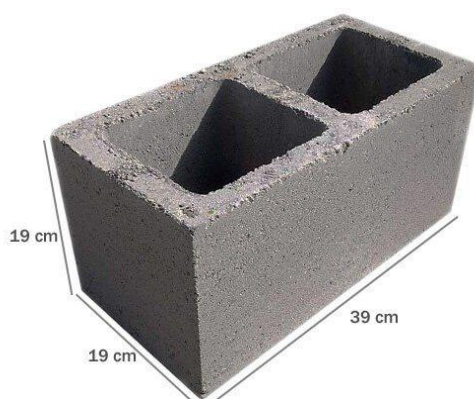
Os pilares serão executados na largura da alvenaria do muro de contenção, com concreto FCK 20 MPA com ferragem longitudinal de 8 $\phi$ 10 mm e estribo  $\phi$ 5 mm cada 15 cm.

### 3.3. MURO DE CONTENÇÃO:

O muro será executado em alvenaria de bloco de concreto de 19x19x40 cm. Todas as alvenarias serão assentadas sobre vigas de de concreto. As alturas das contenções variam de acordo com o nível do terreno. (ver planta de locação do muro)

As juntas de assentamento terão em média uma espessura de 2,5 cm, com argamassa de traço 1:3 .

Modelo de alvenaria



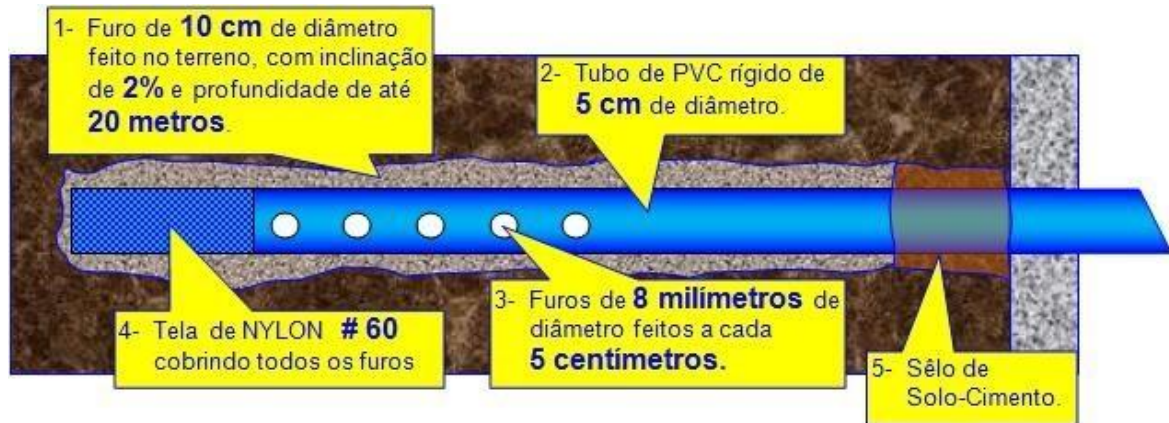
\* Toda a extensão do muro segue essa metodologia de assentamento

### 3.4. DRENO:

O dreno será executado com brita nº 2 e 3, de 40 cm de largura, na parte interna em toda a extensão do muro.

Será instalado ao decorrer do muro, paralelo a primeira fiada de tijolo, um tubo de PVC de 100 mm, perfurado, destinado a coletar os líquidos do dreno, sendo que estes terão caixas coletoras de alvenaria de tijolo maciço, rebocadas internamente e com tampa de concreto, de 60x60xh variável, que serão interligadas ao tubo do dreno e ligadas a rede pública de drenagem pluvial.

Também serão implantados dutos de tubo PVC 2" de diâmetro para escoamento de líquidos e umidade, que atravessarão o muro, tipo "barbacã", conforme imagem abaixo.



O local de implantação dos tubos será 10 cm acima do nível da rua.

#### 4. MURO DE ALVENARIA/VEDAÇÃO:

##### 4.1. VIGAS:

Deverão ser executadas as vigas, em concreto armado, com FCK 20 MPA, em toda a extensão do muro, e terão suas dimensões de forma a suportar as alvenarias. As vigas deverão ter seção mínima 20x30 cm, com ferragem longitudinal de 4 $\phi$ 12 mm e estribo  $\phi$ 5 mm cada 15 cm.

##### 5. SERVIÇOS FINAIS:

A obra será considerada concluída quando todos os serviços estiverem acabados, estando o local completamente limpo e livre de entulhos, manchas de tinta e argamassa, em condições de receber vistoria final.

Todos os materiais e serviços deverão obedecer às normas e especificações a ABNT.

Bom Jardim/RJ, 25 de julho de 2022.

Hudson Rodrigues de Souza  
Eng<sup>a</sup>. Civil – CREA 2014102052



## **ANEXO F – DO TERMO DE REFERENCIA**

### **SETOR MUNICIPAL DE PROJETOS ESPECIAIS.**

#### **ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

#### **OBJETO:**

Obras de CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO, na Rua de acesso ao Bairro São Francisco, Banquete, 3º Distrito de Bom Jardim - RJ.

#### **EQUIPE RESPONSÁVEL:**

- HUDSON RODRIGUES DE SOUZA – CHEFE DE PROJETOS. Matrícula: 10/6265 SMG.
- JOSÉ CRISTÓVÃO RAPOSO DOS SANTOS – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA. Matrícula: 41/6919 SMOI.
- RHAMON MARLLON FREITAS MOREIRA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROJETOS ESPECIAIS. – Matrícula: 41/6928 SMPE.

#### **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

Trata-se de uma Rua pequena, com tráfego de veículos pesados para escoamento de produção agrícola, com risco iminente de desmoronamento. Sendo necessário urgente intervenção e construção de muro de contenção, para evitar danos maiores aos transeuntes e a moradores da parte de baixo da via pública.

#### **ÁREA REQUISITANTE**

A partir do Ofício N° 017/2022, solicitado ao exmo sr. Prefeito autorização para construção de muro de contenção.

#### **LOCALIZAÇÃO**

Tais intervenções serão realizadas no Distrito de Banquete, município de Bom Jardim, nas coordenadas UTM Zona 23 k 760050.68 m E; 7545991.16 m S.

#### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Como solução a adotar, o setor engenharia da municipalidade definiu a contratação de uma empresa especializada afim de construir um muro de contenção em blocos de concreto, com seções de 3 metros entre os pilares e 1,80 metros entre as vigas, totalizando 21,00 metros de comprimento e 4, 20 metros de altura, conforme projeto anexo.



## **DIRETRIZES PERTINENTES**

A execução dos trabalhos relativos ao presente objeto deverá observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente pertinentes à elaboração do objeto.

Na elaboração do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, independente de citação:

- Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA/CAU;
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- Normas das concessionárias locais de serviços;
- Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego MTE;
- Normas internacionais específicas consagradas, se necessário; e
- Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.

## **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

A obra em tela compreende a contratação de empresa especializada para realização de Obras de contenção de vias e encostas. No que tange os quantitativos, oriundos do presente projeto, pode-se observar seu detalhamento na respectiva memória de cálculo apresentada.

## **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Conforme planilha orçamentária, juntamente com os demais documentos, o custo relativo à execução do respectivo objeto, compreende o valor de R\$ 66.984,23 (sessenta e seis mil noventa e oito e quatro reais e vinte e três centavos) e BDI de 20,73%.

## **RESULTADOS PRETENDIDOS**

Espera-se que com esse investimento a Prefeitura Municipal de Bom Jardim consiga sanar os problemas estruturais da via, proporcionando segurança aos transeuntes e moradores da região.

## **CONCLUSÃO**

A partir do levantamento dos elementos essenciais que irão compor o Projeto Básico, entende-se como viável a contratação demandada, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade,



demonstrado assim a viabilidade da contratação pretendida e o atendimento ao Interesse Público que é o cerne finalístico da propositura da demanda.

Atenciosamente,

Bom Jardim, 29 de julho de 2022.

**HUDSON RODDRIGUES DE SOUZA**  
Eng. Civil – CREA RJ2014102052  
Matrícula: 10/6265 SMPE

**RHAMON MARLLON FREITAS MOREIRA**  
Secretário Municipal de Projetos Especiais  
Matrícula: 41/6928 SMPE



## ANEXO G – DO TERMO DE REFERENCIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

### LAUDO DE VISTORIA

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

ASSUNTO Vistoria Estado/Torre Banqueta - Vossim

DATA DA VISTORIA: 10/10/22

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
NOME RAZÃO SOCIAL	CPF/CNPJ
<u>Prefeitura Municipal Bom Jardim</u>	<u>28561091/000176</u>
TELEFONE/CELULAR	LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL
	<u>ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BOM JARDIM</u>

O PRESENTE LAUDO DESCREVE:

INFORMAÇÕES SOBRE O IMÓVEL/EDIFICAÇÃO							
<b>OCUPAÇÃO:</b>							
Construído	Ruínas	Em demolição	Const. Paralisada				
<b>PATRIMÔNIO:</b>							
Público	Particular	Religioso					
<input checked="" type="checkbox"/>							
<b>CARACTERIZAÇÃO:</b>							
Casa/Sobr.	Apartamento	Telheiro	Galpão	Indústria	Loja	Especial	Templo Comércio/Serviço
<b>TIPO DE CONSTRUÇÃO:</b>				<b>ESTRUTURA:</b>			
Alvenaria	Madeira	Barraco	Concreto	Alvenaria	Madeira	Metálica	
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DO IMÓVEL</b>							
<b>POSIÇÃO</b>				<b>SITUAÇÃO</b>			
Conjugada	Isolada	Frete	Fundos				



INFORMAÇÕES SOBRE O TERRENO									
OCUPAÇÃO				PEDOLOGIA			TOPOGRAFIA		
1 Frente	2 Frentes	Encrav./Vila	Via Pública	Normal	Rochoso	Alagado/Arenoso	Plano	Active	Declive
				X				X	

INFORMAÇÕES SOBRE AVARIAS DO IMÓVEL						
Rachaduras	Fissuras	Infiltrações	Risco de desmoronamento	Desestabilização do talude	Desmoronamento do talude	
LOCAL DAS AVARIAS:						
Parede	Piso	Laje	Muro	Fachada	Inst. Elétricas	Inst. Hidráulicas
						Falência da estrutura

INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DO IMÓVEL			
Não Interditado	Interditado Parcial	Interditado Total	Demolição
X			

OBSERVAÇÕES

Em visita realizada, foi verificada a necessidade  
de construção de muro de contenção para  
evitar problemas futuros na estrada de acesso.

Bom Jardim  
10/05/2022  
1075265



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

**LAUDO DE VISTORIA (ATUALIZADO)**

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

ASSUNTO VISTORIA ESTADA/TALUDE BOM JARDIM - ROSÁRIO

DATA DA VISTORIA: 10/10/22

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
NOME/RAZÃO SOCIAL <u>Prefeitura Municipal Bom Jardim</u>	CPF/CNPJ <u>28561041/0001-76</u>
TELEFONE/CELULAR	LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL <u>ESTADA DO ROSÁRIO - Bom Jardim</u>

O PRESENTE LAUDO DESCREVE:

INFORMAÇÕES SOBRE O IMÓVEL/EDIFICAÇÃO							
<b>OCUPAÇÃO:</b>							
Construído	Ruínas	Em demolição	Const. Paralisada				
<b>PATRIMÔNIO:</b>							
Público	Particular	Religioso					
<b>CARACTERIZAÇÃO:</b>							
Casa/Sobr.	Apartamento	Telheiro	Galpão	Indústria	Loja	Especial	Templo Comércio/Serviço
<b>TIPO DE CONSTRUÇÃO:</b>							
Alvenaria	Madeira	Barraco	<b>ESTRUTURA:</b>				
			Concreto	Alvenaria	Madeira	Metálica	
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DO IMÓVEL</b>							
<b>POSIÇÃO</b>				<b>SITUAÇÃO</b>			
Conjugada		Isolada		Frente		Fundos	



INFORMAÇÕES SOBRE O TERRENO									
OCUPAÇÃO				PEDOLOGIA			TOPOGRAFIA		
1 Frente	2 Frentes	Encrav./Vila	Via Pública	Normal	Rochoso	Alagado/Arenoso	Plano	Active	Declive
				X				X	

INFORMAÇÕES SOBRE AVARIAS DO IMÓVEL						
Rachaduras	Fissuras	Infiltrações	Risco de desmoronamento	Desestabilização do talude	Desmoronamento do talude	
LOCAL DAS AVARIAS:						
Parede	Piso	Laje	Muro	Fachada	Inst. Elétricas	Inst. Hidráulicas
						Falência da estrutura

INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DO IMÓVEL			
ao Interditado	Interditado Parcial	Interditado Total	Demolição
X			

#### OBSERVAÇÕES

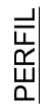
Em visita preliminar, foi verificada a necessidade de construção de muro de contenção para evitar problemas futuros na estrada de acesso.


Bom Jardim, RJ, 10/05/2022

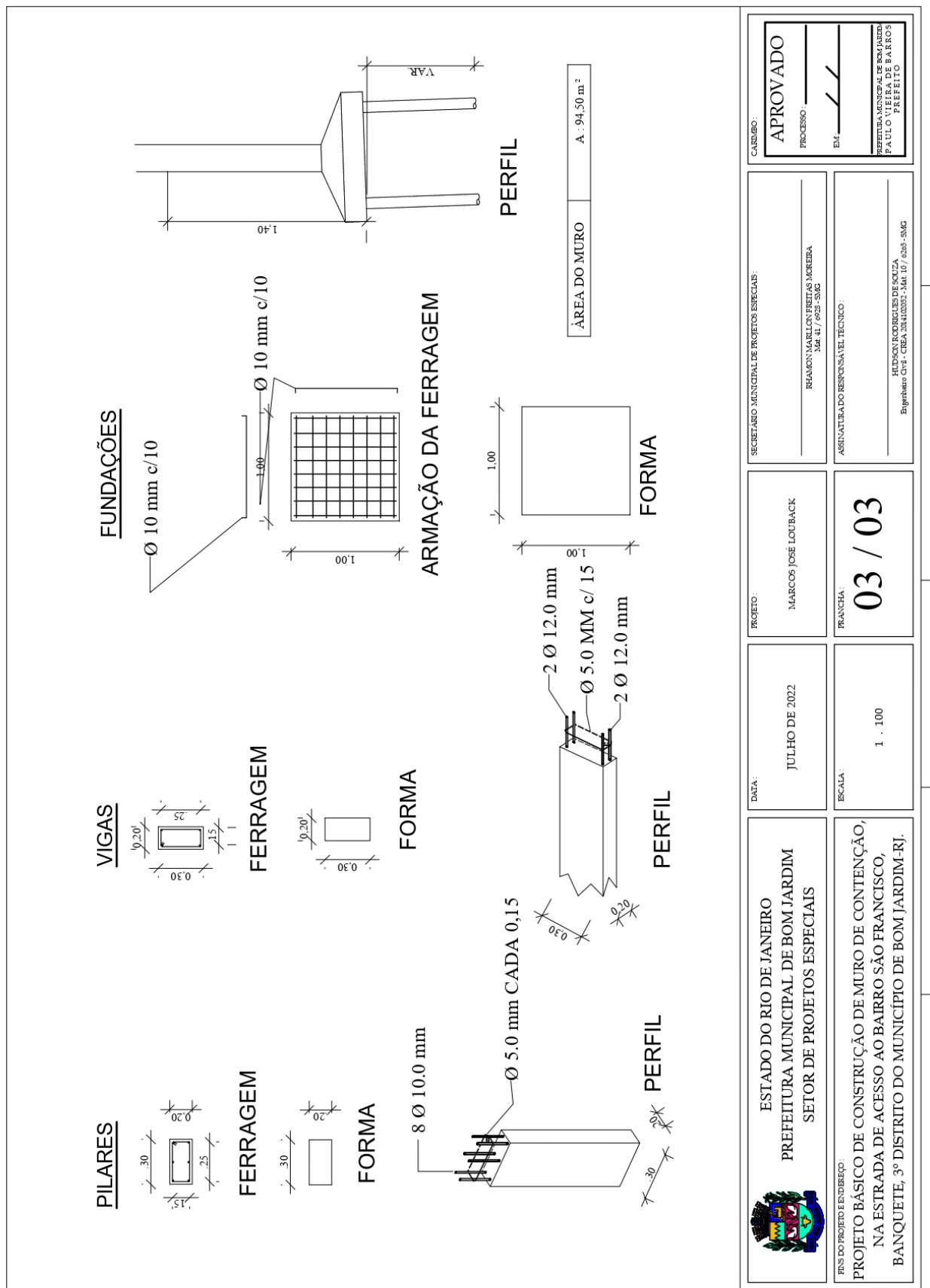




**Fls.**



<div><div>ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM SETOR DE PROJETOS ESPECIAIS</div></div>		DATA:  JULHO DE 2022		PROJETO:  MARCOS JOSÉ LOUBACK		SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROJETOS ESPECIAIS :  RHAMON MARILSON FREITAS MOREIRA Mat. 41 / 6023 - SMAG		<div>CARIMBO: <div>APROVADO</div><div>PROCESSO: _____</div><div>EM: _____</div></div>	
RNS DO PROJETO E ENDEREÇO: PROJETO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO, NA ESTRADA DE ACESSO AO BAIRRO SÃO FRANCISCO, BANQUETE, 3º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM-RJ.		ESCALA:  1 . 100		FRANCHA:  02 / 03		ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:  HILTON RODRIGUES DE SOUZA Engenheiro CIVIL - CREA 2014/02058 - Mat. 10 / 6205 - SMAG		<div>PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM PAULO VIEIRA DE BARROS PREFEITO</div>	





**EDITAL**

**TOMADA DE PREÇOS 002/2023**

**ANEXO II**

**EMPRESA:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Cidade:** \_\_\_\_\_ **Estado:** \_\_\_\_\_ **Tel:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_ **Inscrição Estadual:** \_\_\_\_\_

**E-MAIL:** \_\_\_\_\_

OBJETO GLOBAL				
ITEM	DESCRIÇÃO DA OBRA	UND	QUANT.	VALOR GLOBAL
ÚNICO	<u>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ENGENHARIA para realização de CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO na Rua de Acesso ao Bairro São Francisco, Banquete – 3º Distrito – Bom Jardim/RJ, atendendo a demanda da Secretaria de Projetos Especiais.</u>	UND	01	

**Declaro para os devidos fins que nos valores propostos são exequíveis e estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços, bem como declaro que tenho pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da súmula nº 1 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.**

*OBS: Anexar a Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Demonstrativo da Composição do B.D.I devidamente preenchidos com todos os itens*

**Validade da Proposta:** 60 dias

Esta proposta deverá ser preenchida e enviada à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM, devidamente assinada por responsável da firma informante, em envelope lacrado.

Bom Jardim/RJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Carimbo do CNPJ e assinatura do proponente



**EDITAL**  
**TOMADA DE PREÇOS 002/2023**  
**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

A empresa \_\_\_\_\_, sediada  
\_\_\_\_\_, inscrita  
no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, vem por intermédio de seu  
representante legal o Sr. (a) \_\_\_\_\_ Portador(a) da  
Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_

**APRESENTA:**

**1 – DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE RIGOROSAMENTE O ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**

Declara que esta empresa cumpre, rigorosamente, o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, onde é proibido o trabalho noturno ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho aos menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

**2 – DECLARAÇÃO DE ME OU EPP:**

DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 e 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Declaro ainda que é :

- ☐ MICRO EMPRESA  
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
☐ MEI – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL  
☐ NÃO SE ENQUADRA EM PEQUENOS NEGÓCIOS

**3 – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS:**

Declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos Supervenientes/impeditivos, para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**4 – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE:**

Declara para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Tomada de Preços nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, instaurado pelo Município de Bom Jardim/RJ, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público Municipal de Bom Jardim/RJ, bem como não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos



documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

### **5 – DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO:**

DECLARA, sob as penas da lei, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou representantes com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, de gestores públicos (servidores e agentes políticos) ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ, envolvidos no procedimento licitatório.

### **6 – DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA:**

( ) DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa **realizou a visita técnica**, conforme atestado emitido pela Secretaria Municipal de Projetos Especiais, em anexo.

( ) DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa **optou por não realizar a visita técnica**, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da súmula nº 1 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

---

Assinatura do Representante Legal

CARIMBO

Nome do Representante Legal:

Cart. de Identidade:

CPF:

Cargo:

\_\_\_\_\_ (Local), \_\_\_\_\_ (data completa).

### **OBSERVAÇÕES:**

- 1) DECLARAÇÃO CONJUNTA NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.**
- 2) TODAS AS FOLHAS DEVERÃO SER CARIMBADAS E ASSINADAS PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA**



**EDITAL**

**TOMADA DE PREÇOS 002/2023**

**ANEXO IV**

**CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)**

(local) , de de 2023.

Ao  
Município de Bom Jardim/RJ.  
Praça Gov. Roberto Silveira nº 44 – 2º andar  
Centro-Bom Jardim – RJ.

À Presidente Geral da Comissão Permanente de Licitações e Compras,

Pela presente, fica credenciado o Sr. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua...., portador da Célula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, para representar a empresa \_\_\_\_\_

Inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, na Licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS nº \_\_\_\_\_, a ser realizada em \_\_\_\_\_

No endereço acima mencionado, às \_\_\_\_\_ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lances de preços, prestar esclarecimentos, receber notificação, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los, bem como assinar contratos e Atas.

Atenciosamente.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal.

Carimbo do CNPJ.

**OBS:** A carta de credenciamento deverá ser assinada pelo representante legal da licitante, com poderes para constituir mandatário e firma reconhecida.

Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa;

**A Carta de Credenciamento NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.**



**EDITAL**

**TOMADA DE PREÇOS 002/2023**

**ANEXO V**

**MINUTA DE CONTRATO**



**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL**

**TOMADA DE PREÇOS 002/2023**

**PROCESSO: 4335/22**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada e seus respectivos anexos.

Bom Jardim/RJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
assinatura

CARIMBO DE CNPJ

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicito a V.Sa. preencher o recibo de entrega do edital e remeter a Comissão Permanente de Licitações e Compras.

A não remessa do recibo exime a comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.